

ARTIGO

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM TERRITÓRIO  
FRONTEIRIÇO: NOVAS SOCIABILIDADES E NOVOS  
CONTROLES

**Resumo**

Algumas pesquisas empíricas realizadas em coletividades fronteiriças revelam que nessas localidades a vida social se desenrola sob condições particulares, as quais estão ligadas à descontinuidade que as fronteiras apresentam. Não obstante, na contemporaneidade existe o reconhecimento de que essas funções modificam-se devido a inovações territoriais ligadas ao que se denomina de triunfo da democracia de mercado. Este texto tem por objetivo refletir criticamente sobre algumas das questões colocadas em discussão sobre as formas de sociabilidade, a partir dos resultados de uma pesquisa realizada na fronteira Oiapoque-Guiana Francesa sobre interações e conflitos no quadro da cooperação fronteiriça França-Brasil.

**Palavras-chave:**

Cooperação internacional. Território fronteiriço. Interações transfronteiriças. Dizeres locais.

**Abstract**

*Some empirical research conducted in border communities show that these locations social life unfolds under particular conditions, which are linked to discontinuity that borders present. Nevertheless nowadays there is a recognition that these functions change due to territorial innovation linked to what is called the triumph of market democracy. This text aims to critically reflect on some of the issues raised in discussion of the forms of sociability, from the results of a survey conducted in Oiapoque-French Guiana border on interactions and conflicts in the context of cross-border cooperation France-Brazil.*

**Keywords:**

*International cooperation. Border territory. Border interactions. Local sayings.*

## *Introdução*

A institucionalização de acordos internacionais envolvendo nações sul-americanas vem se delineando desde fins da década de 1980. São processos de cooperação internacional que ampliam as margens de agenciamento de uma inserção mais competitiva na dinâmica de capitalismo avançado, tendo em projeção o fortalecimento de mercados regionais. Dessas circunstâncias resultou a criação de organismos como Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Integração da Infraestrutura Regional da Sul-Americana (IIRSA) e a União das Nações da América do Sul (UNASUL). Cabe chamar atenção que nessa arquitetura política as áreas de fronteira ganharam novos significados que se destacam em especial quando se considera os históricos contenciosos referentes à demarcação dos limites entre países vizinhos. Como exemplo disso cita-se o caso do Brasil, cujo contorno territorial foi sendo definido ao decorrer de três diferentes regimes de poder: colonial, monárquico e republicano; numa trajetória marcada por litígios quanto ao estabelecimento dos limites fronteiriços.

Entretanto, na transição do século XX para o XXI – da perspectiva estatal – os territórios fronteiriços passaram a ser concebidos como áreas favoráveis ao desenvolvimento de cooperação econômica, financeira, infraestrutural, ambiental e tecnológica. Esses processos não acontecem em um vazio histórico e social e, concordando com Oliveira (1997), aponta-se de que há muito a ser refletido no campo sociológico sobre como tais ressignificações políticas e econômicas desdobram-se em sociedades fronteiriças. O presente texto tem tal ambição. O lócus de estudo é o território fronteiriço entre o estado brasileiro do Amapá e o departamento de ultramar francês Guiana Francesa (área situada no extremo norte da Amazônia oriental). O limite fronteiriço entre Brasil e Guiana Francesa foi estabelecido em 1713 com o tratado de Utrecht, no entanto sua confirmação somente ocorreu em 1º de dezembro de 1900 após a arbitragem do governo suíço. No curso de quase cem anos, após o Laudo Suíço, o território fronteiriço Amapá-Guiana Francesa foi esquecido pelos governos de Brasil e França. Essa situação se modificou em 1996 quando os dois países mostraram-se “desejosos de desenvolver suas relações de boa vizinhança na zona fronteiriça situada de um lado e de outro de sua fronteira comum” (BRASIL/MRE, 1996). A operacionalização da cooperação fronteiriça franco-brasileira ficou a cargo da Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França, uma esfera dialógica com representantes dos governos da França e do Brasil que tem por finalidade identificar e debater temas considerados prioritários para o êxito da cooperação, como também propor ações conjuntas.

Na referida fronteira encontram-se as cidades-gêmeas de Oiapoque (Amapá/Brasil) e Saint-Georges<sup>1</sup> (Guiana Francesa/França). Acredita-se que da perspectiva dos Estados, foram coletividades estruturadas por conteúdos geopolíticos, os quais subsumiram as especificidades socioculturais em favor de uma totalidade histórica, que no caso em referência é o Brasil e a França. Ainda pelo mesmo viés, ou seja, estatal, afirma-se que Oiapoque e Saint-Georges enfrentam contemporaneamente mudanças relativas aos atuais significados econômicos que a cooperação fronteiriça franco-brasileira vem projetando nesses 18 anos de vigência, cujo efeito mais concreto é a ponte Binacional sobre o rio Oiapoque, que mesmo concluída em 2011 ainda não foi inaugurada.

Ao deslocar-se a percepção para os atores locais, algumas questões apontam para significativas modificações nos modos de vida dessas sociedades, pois os habitantes dos dois lados da fronteira mantêm um relacionamento histórico, o qual pode ser constatado no intenso e estável movimento de pessoas entre as duas margens do rio Oiapoque, em especial de brasileiros em direção à Guiana Francesa. O rio em questão representa 50% (aproximadamente 360km) da extensão total da mencionada fronteira (em torno de 730km), mas sua travessia é cumprida em aproximadamente em 20 minutos numa catraia<sup>2</sup>, de modo que se configura entre Oiapoque e Saint-Georges um contexto social interativo, a despeito das diferentes nacionalidades.

Para os brasileiros em movimento no rio Oiapoque, o deslocamento pela ou para a Guiana Francesa pode significar: 1º) uma situação de passagem, como ocorre na cachoeira Grand Roche, localizada em território francês, mas que é o único canal por onde é possível atravessar a embarcação e seguir viagem para comunidades ribeirinhas de Ilha Bela e Vila Brasil (localizadas no alto da bacia do rio); 2º) uma oportunidade de alcançar um trabalho mais bem remunerado, mesmo que isso se processe em ilegalidade e clandestinidade; 3º) realizar o “sonho dourado” de enriquecimento rápido, o qual alimenta as esperanças daqueles que migram com destino aos garimpos localizados em território guianês. Assim sendo pontua-se que para moradores de Oiapoque a situação de vizinhança com a Guiana Francesa preenche lacunas re-

---

1 Vilarejo com pouco mais de 4.000 habitantes que se encontra em frente à cidade brasileira de Oiapoque que conforme o último levantamento censitário tem uma população maior que 20 mil habitantes (IBGE, 210), dos quais 33,9% vivem em situação de pobreza ou indigência (BRASIL/PORTALODM, 2013). Oiapoque e Saint-Georges compõem um adensamento populacional cortado pela linha de fronteira, que no caso é o rio Oiapoque. Essa situação de vizinhança representa de um lado grande potencial de integração econômica e cultural, mas de outro o acontecer de problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (BRASIL/MIN, 2009).

2 Pequena embarcação motorizada muito utilizada na região amazônica para cumprir pequenos ou médios trajetos fluviais.

lativas à inclusão socioeconômica, já que muitos brasileiros dependem dessa ligação para ter acesso a trabalho e renda.

As interações transfronteiriças começaram a se mostrar conflituosas com o adensamento institucional francês no controle de sua fronteira. Considera-se isso reflexo da chegada na Guiana Francesa da política anti-imigração vigente na França desde 1970. A isso se acrescenta o combate à garimpagem de ouro realizada por migrantes brasileiros em situação ilegal nos garimpos clandestinos guianenses. Ao longo dos anos 2000, se consolidaram tais ações, que mesmo legais do ponto de vista da soberania francesa, acabaram por degenerar em embargos, apreensões e deportações. Os confrontos envolvendo brasileiros e a *Gendarmerie* (polícia francesa) – que em algumas ocasiões atua em conjunto com a Polícia Federal e o Exército brasileiro – acarretaram e acarretam ônus material, embaraços, existindo inclusive registros de perdas de vidas humanas.

A partir dessas informações iniciais o texto pretende apresentar alguns dos resultados obtidos durante a pesquisa de doutoramento desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, documental e de campo. Este último movido na cidade de Oiapoque, sede do município homônimo (novembro de 2007, novembro de 2011, julho de 2013); também nas comunidades ribeirinhas de Ilha Bela e Vila Brasil, situadas na circunscrição do município de Oiapoque (julho de 2013). Cumpre ressaltar que o critério de escolha dos informantes da investigação foi o envolvimento nos conflitos e confrontos indicados em parágrafo anterior. Por questões éticas os informantes foram codificados conforme sua profissão e se considerou para o tratamento desses dados a orientação de que valores e opiniões têm base coletiva, na medida em que são formados pela interação entre os indivíduos, ou seja, “entre suas qualidades individuais e o ambiente em que vivem” (QUEIROZ, 2008, p. 81).

Ao estabelecer os nexos entre a institucionalização da cooperação fronteiriça franco-brasileira em 1996 e a entrada em vigor da política de controle na fronteira Oiapoque-Guiana Francesa a partir do mesmo período, formulou-se o argumento de que a cooperação fronteiriça também tem como uma de suas proposições o estabelecimento de um regime de mobilidade no território fronteiriço Oiapoque-Guiana Francesa, e isso se rebate nas vivências dos brasileiros que se deslocam pelo rio Oiapoque e que em algum momento do percurso atravessam o limite fronteiriço.

Pelo exposto, a proposta deste texto é interpretar “dizeres locais” sobre a cooperação fronteiriça franco-brasileira. Por meio das inferências sobre esses “dizeres” espera-se atribuir um sentido local à cooperação fronteiriça, trata-se de estabelecer um diálogo entre o particular e algo mais geral. Ou seja, diante de manifestações

subjetivas, apreender como são enunciados pelos agentes locais seus efeitos, ou a ausência deles, essa interpretação, conduzirá ao fluxo incessante daquilo que é por eles vivido, sentido, agido, como também desvelar como se articulam na manutenção de sua autonomia e singularidade. O texto apresenta inicialmente os “dizeres locais”; em seguida descreve as estratégias dos agentes para influenciar determinantemente as decisões políticas que são tomadas no âmbito da cooperação fronteiriça e que afetam ou podem afetar sua cotidianidade e historicidade.

### *Os “dizeres locais” sobre a cooperação fronteiriça França-Brasil*

Na primeira viagem a Oiapoque para coleta de dados em 2007, já estava vigente a cooperação fronteiriça franco-brasileira há 11 anos e, ainda assim, o que se constatou nessa fase exploratória foi um predomínio desconhecimento local em relação ao tema. À época, nas conversas informais com diversos atores – estabelecidas no mercado da cidade, na orla do rio e em algumas pousadas –, as referências feitas estavam relacionadas às crescentes dificuldades para se obter o visto de entrada na Guiana Francesa e às operações militares de combate às atividades ilegais e/ou ilícitas realizadas por brasileiros nesse território, principalmente a garimpagem de ouro, e como isso se rebatia no sistema de transporte fluvial do rio Oiapoque.

Representações que estigmatizam os migrantes brasileiros foram pontuadas por Hidaïr (2008) ao realizar uma revisão da história dos fluxos migratórios de brasileiros para a Guiana Francesa e, por conseguinte, elucubrar sobre as razões da discriminação e da imputação de estigmas aos brasileiros em sua incrustação socioeconômica<sup>3</sup>. A autora alega que “as razões pelas quais os brasileiros são estigmatizados são variadas e se alteram ao longo do tempo, o que mantém a imagem negativa dessa imigração. Dentre os temas decorrentes da discriminação, encontram-se o garimpo clandestino, a insegurança e a prostituição” (HIDAÏR, 2008, p. 133). Os dados recolhidos nas entrevistas com imigrantes retornados também expressam que na Guiana Francesa existem preconceitos e estigmas que tipificam o brasileiro de modo pernicioso, assim sendo os franceses da Guiana Francesa

---

3 Os primeiros a empreenderem esforços para a explicação sociológica das migrações foram os estudiosos da Escola de Chicago. As ponderações giravam em torno das questões relativas à integração ou não dos migrantes nas sociedades receptoras, bem como sua assimilação cultural e estrutural. O termo *meltingpot* foi cunhado para explicar que a sociedade estadunidense serviria como um crisol de culturas, depurando os imigrantes em termos culturais, de modo que esses indivíduos seriam americanizados; contudo, isso não significaria um total abandono de seus valores e modos de vida. Esse pressuposto não se concretizou, pois ao contrário do que preconizava o *melting pot*, os grupos de imigrantes converteram-se em grupos étnicos afirmando sua diversidade (SASAKI; ASSIS, 2000).

Acham que o brasileiro vai tirar o emprego dos guianenses, né, e fazendo serviço barato. Por exemplo, tem a construção de uma casa o guianense pede o preço da tabela deles, eles têm uma tabela, vai o brasileiro por trás e faz pelo terço desse preço e aí há uma competição desleal, né, concorrência desleal e tudo isso faz com que eles criem esse sentimento de repulsa, de raiva nos brasileiros, principalmente agora que vai muita gente, vai muita gente. Inclusive vai até de menor. Eles vão tudo clandestino. [...] Eu acho que não existe essa cooperação sabe... É só um discurso, um discurso falso, porque na realidade não existe, são países de lei totalmente diferente, né. Lei totalmente diferente. Eles [franceses] colocam como se fosse o garimpo, mas não é só o garimpo, acho que a principal dificuldade são os delitos cometidos por brasileiros na Guiana Francesa, são muitos... É todo dia, todo dia, roubo, furto, agora estupro, às vezes matam. É, então, a principal dificuldade é essa, não tem perspectiva mesmo de haver uma cooperação que [i.e. como] eles chamam. Como é que vai haver cooperação? (Entrevista com imigrante retornado, 2013).

Como citado por Hidair (2008), um dos motivos da estigmatização dos brasileiros é a garimpagem ilegal de ouro, porém não se pode esquecer que a sustentabilidade da migração e da extração de ouro – mesmo proscritas pelo governo francês e implicando em restrições em sentido ampliado – acabou por se constituir em fator impulsionador da economia oiapoquense “porque o garimpeiro quando vem, compra uma camisa, usa a catraia, usa o hotel, usa o restaurante, usa o banco pra remeter o dinheiro pra cidade dele” (CATRAIEIRO, 2013). Nessa direção, o argumento de Póvoa Neto (2007) esclarece que as barreiras político-institucionais cristalizam-se em políticas migratórias proibitivas; em barreiras culturais e ideológicas, quando o migrante passa a ser representado como inferior, indesejável ou ameaçador à segurança e ao bem-estar das sociedades hospedeiras.

Reis (2007) afirma ser a preocupação da política migratória da França em relação aos estrangeiros em seu território, não exatamente o controle de limites que costumam ganhar concretude nas barreiras fronteiriças; há na França uma atenção para demarcar limites entre cidadãos e não cidadãos, entre imigrantes documentados e imigrantes sem documentos. Esse procedimento nasceu da medida que instaurou

os controles de identidade preventivos nas ruas, com base em qualquer característica que pudesse identificar a pessoa como estrangeira. A partir de então, a polícia estava autorizada a exigir documentação de qualquer indivíduo que não parece francês, e detê-lo para averiguação caso ele não apresentasse seus documentos de identificação. [...] A medida não conseguiu unanimidade [...]. Mas a medida não foi retirada do projeto, e foi aprovada apenas com pequenas modificações na linguagem, que afirmava que a raça não poderia ser usada como critério de caracterização do estrangeiro (REIS, 2007, p. 150).

Esse dispositivo manifesta-se claramente na interdição que as instituições francesas impõem ao desembarque de brasileiros que chegam ao vilarejo de Saint-Geor-

ges ou aqueles que transitam pelo rio Oiapoque. Para os brasileiros de Oiapoque há claro entendimento de que

A França, hoje ela ainda tem uma lei, que é lei da França, por ser um departamento francês aqui a Guiana Francesa, mas regido pelas leis francesas, então impede que muitos brasileiros possam fazer suas compras lá na cidade de Saint-Georges devido essa parte de documentação, eles querem uma documentação, querem uma *séjour*, querem um passaporte [para] que eles possam permanecer lá. Só que toda cidade de fronteira, todos os fronteiriços que moram em cidade de fronteira, eles têm livre acesso de poder das sete horas da manhã até às dezoito horas permanecer na fronteira, fazer suas compras e voltar, mas infelizmente não tá tendo isso, nós não temos esse acesso até Saint-Georges (Assessor de Comunicação da Prefeitura de Oiapoque, 2013).

Verifica-se que definir instrumentos jurídicos e/ou políticos para distinguir categorias sociais e seus respectivos papéis numa determinada população que está localizada em certo território, significa constituir uma hierarquia, na qual são constituídos limites para separar indivíduos singulares e coletivos que estão em contiguidade espacial. Ao tratar de limites sociológicos, lembra-se Simmel (2006, 2013) que os limites operam sobre as sociabilidades dos agentes. Conforme esse sociólogo, sociabilidade é a mutua determinação e interação dos atributos com os quais indivíduos singulares constroem um ambiente cultural, ainda que nele as vivências, sensações e ações acabem por se descolar das subjetividades que lhe originou. Em outras palavras, a sociabilidade se encontra no processo coletivo de superação de significações, impulsos, desejos específicos.

Ao aplicar o pressuposto simmeliano para entender o significado da interdição francesa ao desembarque de brasileiros em Saint-Georges ou os embargos dos policiais franceses aos brasileiros que se deslocam pelo rio Oiapoque, acredita-se que sociabilidades históricas passam a ser mediadas pelo controle, repressão e coerção. Isso se espelha na desarticulação de práticas sociais recorrentes que compõem o fluxo da vida desses indivíduos, afetando, por conseguinte, aquilo que Domingues (2003) chama de “horizonte menos móveis que somente a longo prazo tendem a mudar” (2003, p. 473).

A formulação é corroborada pelas informações dos entrevistados que afirmam que antes da cooperação fronteiriça franco-brasileira os brasileiros podiam circular livremente pelo rio, ir a Saint-Georges, a Caiena ou qualquer outro lugar da Guiana Francesa. Conforme depoimento de um imigrante retornado que viveu no departamento francês dos 12 aos 21 anos de idade:

No período pós-guerra, a França passou por um período muito... Por uma fase muito difícil na reconstrução e quem praticamente sustentava a Guiana Francesa eram os brasileiros,

eles levavam gado, mercadorias manufaturadas, como café, açúcar. Então os brasileiros eram muito bem-vindos lá. O trânsito era praticamente livre, eles [os brasileiros] iam daqui, passavam e encostavam no porto de Caiena e eram muito bem recebidos e com o tempo e a chegada de muitos migrantes na Guiana Francesa também a situação dos brasileiros que não se organizaram como outros povos como os chineses e javaneses que migraram para Guiana Francesa, mas se organizaram em colônias e cooperativas; e os brasileiros não, o povo que ia daqui era um povo de baixíssimo nível escolar: eram pedreiros, carpinteiros... As pessoas iam com certidão de batismo... A polícia, a *Gendarmerie*, ia nas embarcações para recrutar mão de obra, eles mesmos faziam, tiravam uma carta de imigração. Até hoje eu ainda tenho uma carta de imigração feita por eles (Entrevista com imigrante retornado, 2013).

Na segunda viagem a cidade de Oiapoque em 2011, a cooperação fronteiriça franco-brasileira se materializava ao olhar dos moradores de Oiapoque na ponte Binacional, a qual cumpre destacar, era e é meio contraditória se for colocada no contexto urbano da cidade, que é marcado pela precariedade em termos de infraestrutura. Mas a ponte já provocava outros questionamentos acerca de sua utilidade, a controvérsia girava em torno da atividade dos catraieiros, profissionais responsáveis pela condução das catraias pelo rio Oiapoque e que seriam significativamente afetados com a inauguração da ponte. Também eram frequentes as alusões a quem de fato serviria a ponte, pois alegavam os informantes que os franceses não queriam brasileiros na Guiana Francesa, de modo que o sentido da ponte seria somente da Guiana Francesa para o Amapá (Ref. Diário de Campo, Oiapoque, 2011). Observa-se uma permanência nas preocupações locais concernentes à mobilidade e ao deslocamento de pessoas entre os dois lados da fronteira, desta feita ampliada do rio para a ponte.

Esses dados ao serem considerados em associação parecem corroborar o argumento de que a cooperação fronteiriça tem para além das prerrogativas relativas a parcerias para desenvolvimento de infraestrutura, pesquisa científica e tecnológica e de prevenção (saúde, meio ambiente, defesa civil e criminal etc.) uma dimensão disciplinadora e interventora com foco no território Oiapoque-Guiana Francesa e seus habitantes. Essa afirmação pautada nos “dizeres locais” serve para que seja pensado o poder estatal e sua relação com os indivíduos que nesse pedaço de chão se fixaram ou que por aí se deslocam.

Observa-se que em lugares onde se encontra uma fronteira internacional desenvolve-se uma sociabilidade singular, pois, trata-se de um estar junto e ao mesmo tempo estar separado, mas proximidade e distância não são aqui somente palavras para referenciar a contiguidade e afastamento espacial, há bem mais que isso nesse relacionamento de Oiapoque com a Guiana Francesa: nele intercambiam-se expe-



riências de poder, materiais e simbólicas que se projetam, em maior ou menor intensidade, nas formas como esses atores compreendem e assimilam o mundo e como isso se manifesta na vida coletiva.

Na viagem em 2013, nas falas dos entrevistados, foi possível capturar a consolidação da correspondência estabelecida localmente entre cooperação e ponte Binacional. Na análise das verbalizações se apreende que são frequentes imagens dessa correlação referenciadas à integração Oiapoque-Guiana Francesa, ainda assim, cumpre ressaltar que tais percepções são acompanhadas da seguinte crítica: como se pode falar de integração em face das ações de controle e embargo levadas a cabo pelas autoridades francesas contra os brasileiros, que em determinados períodos foram inclusive impedidos de desembarcar em Saint-Georges (Ref. Diário de Campo, Oiapoque, 2013). Neste contexto emergem categorias profissionais e sociais reclamantes das restrições, são catraieiros, comerciantes, carregadores e moradores de Ilha Bela e Vila Brasil, os quais têm se organizado em associações e sindicatos para mobilizações locais em favor de suas demandas, em especial da liberação do direito de deslocar-se pelo rio sem terem que enfrentar repressão.

Se para esses atores os efeitos são danosos, não são menores para outros grupos na cidade de Oiapoque; por exemplo, os agentes institucionais da prefeitura da cidade passaram a atuar como atores políticos junto à Comissão Mista Transfronteiriça França-Brasil apresentando a esse comitê as demandas locais na esperança de que seja dado um tratamento adequado aos temas polêmicos: migração e garimpagem ilegais (Ref. Diário de Campo, Oiapoque, 2013). Argumentam esses agentes que o fracasso em resolver tais pendências acarreta complicações sérias aos usuários do transporte fluvial pelo rio Oiapoque; eles defendem que

o rio deve ser de livre acesso, como se fosse uma via mesmo, sem restrição de nada, você pode usar o rio, mas a partir do momento que a canoa brasileira aportasse no lado francês, aí sim, eles iam ter o poder de pegar, prender e fazer devido às leis deles, não é? [...] A ideia do rio se transformar numa zona internacional livre, porque aí a partir do momento que a pessoa pisar do lado de lá, eles estão no direito de fazer todo o processo, se for pra prender, porque aí é um direito deles. Mas o rio deveria ser livre acesso pra todos, porque não tem como demarcar o rio todo, até porque se fosse demarcar o rio todinho, eles não iam conseguir passar, porque no rio existem canais, existem os canais pra isso: a canoa vem pesada e ela vai ficar presa no raso e tem o canal, então tem horas que o canal é do lado francês e tem horas que o canal é do lado brasileiro, então eles não podem fazer isso (Técnico de Informática e assessor do Executivo Municipal, 2013).

Impedir o ingresso de brasileiros na Guiana Francesa rebate-se no controle ao trânsito pelo rio Oiapoque, e isto por sua vez provoca o cerceamento da mobilidade e, para os moradores do território de Oiapoque, mobilidade é um recurso tan-

to escasso, quanto muito valorizado. Nesta direção, é pertinente o pensamento de Shamir (2005), que se afasta da crença quase paradigmática sobre as fronteiras que a globalização derruba e dedica-se a demonstrar aquelas que ela ergue. Ancorado no construto “paradigma da suspeita”, preconiza que a implantação de dispositivos de regulação de mobilidade funde as ameaças percebidas de crime, imigração e terrorismo e constituem com elas um filtro que opera sobre a percepção das pessoas como perigosas e implica a organização de estratégias globais de gestão de população; nesta direção os gendarmes “não respeitam é nada, eles presumem que a gente é garimpeiro e isso é o suficiente” (CATRAEIRA, 2013). Para o autor, “paradigma de suspeita” é o princípio primário adotado para determinar a licença para passar, tanto através das fronteiras como mesmo em espaços públicos no interior das fronteiras; tendo relação com o grau de suspeita atribuído aos agentes de mobilidade como ameaças de crime, de imigração indesejada e terrorismo (SHAMIR, 2005).

Mesmo que, de maneira geral, os embates entre gendarmes e brasileiros tenham acontecido de modo esporádico, não se deve subestimá-los, pois criaram um clima de tensão permanente na fronteira entre Oiapoque e Guiana Francesa, a qual em escala local sempre foi caracterizada como pacífica, tanto que até o período citado prevalecia certo descuido na fiscalização fronteiriça, sendo muito comum brasileiros e franceses atravessarem a fronteira e circularem no território vizinho sem ter que apresentar outro documento senão o passaporte (Ref. Diário de Campo, 2007).

A cooperação fronteiriça franco-brasileira preconiza um ordenamento territorial com vistas à integração, no entanto, aludindo aos conflitos e confrontos entre gendarmes e brasileiros, observa-se que tal processo cooperativo não abrange vivências locais, mantendo-se a exclusão social, identificada nos esforços institucionais para monitorar a mobilidade e os deslocamentos no rio Oiapoque. Bastante ilustrativas são as respostas dadas por um catraieiro e um comerciante sobre os possíveis benefícios coletivos que a cooperação teria trazido para Oiapoque: quanto ao primeiro prevalecem sentimentos de decepção e indignação – “Ainda não, até agora ainda não houve, nem a ponte! Até agora ainda não houve compensação, nem benefício, ainda não!” (CATRAIEIRO, 2013) –; enquanto para o segundo a cooperação – “Não trouxe nada até agora, só atrapalha, porque os franceses não vêm mais pra cá por causa dos atritos que acontece entre [i.e. com] os garimpeiros, entendeu? Aí não tão vindo mais pra cá, tão indo pro Suriname” (COMERCIANTE DO SETOR DE TRANSPORTE FLUVIAL, 2013). Os normativos da sociedade de Oiapoque são constitutivos de um “nós-ideal” entre seus habitantes. Esse construto teórico de Elias (2006) traduz os aspectos que a pesquisa empírica registrou: o “nós-ideal”

eliasiano “é algo que alguém [...] gostaria de ser ou não gostaria de ser, de fazer ou não fazer; uma exigência que alguém coloca para si e para o outro” (2006, p. 119). De certo que nesta citação o outro mencionado pelo autor é um inglês ou um francês, já que Elias (2006) reflete sobre traços fundamentais de nacionalidades e seus efeitos na formação da opinião pública. Não obstante, isso não impede que se operacionalize esse conceito do “nós-ideal” para referir uma figuração social pequena, mas peculiar devido às interpenetrações que mantém – econômicas, sociais, simbólicas, espaciais – no devir histórico com outra figuração social igualmente pequena e que faz parte de outra uniformidade nacional. Dessa influência mútua com o outro surge o “nós-ideal” em Oiapoque, o qual uniformiza valores e atitudes cotidianas em vivências reais; nas quais são criadas expectativas e possibilidades.

Com a menção ao “nós-ideal” eliasiano se pretende explicar como os atores locais reagem diante dos acontecimentos que alcançam seu desenvolvimento social, dito com outras palavras, o “nós-ideal” indica, nas palavras de Elias, “essa imagem disso que se é e deve ser” (2006, p. 119). Trata-se de características da existência dos indivíduos que tipificam um comportamento coletivo, o qual passa a determinar como as pessoas percebem e, por conseguinte, como agem em relação aos eventos de seu dia a dia. Essas formas de percepção e atuação são influentes na formação de uma opinião pública, que se identificou existir em Oiapoque. Primeiramente se supôs encontrar em Oiapoque grupos envolvidos em mobilizações locais em favor de seus interesses; no entanto, durante a pesquisa de campo deparou-se com algo mais amplo, “a opinião de um povo em relação a determinadas esferas da vida, em primeiro lugar à política interna, em segundo, à política externa” (ELIAS, 2006, p. 127). Lembra-se que o “nós-ideal” é operacionalizado pelo sociólogo para abordar o caráter nacional e seu alcance sobre a formação da opinião pública de um país.

Nesta perspectiva, aponta-se que o “nós-ideal” apresentou o refinamento teórico para explicitar os traços que formam singularmente uma identidade fronteiriça e com isto geram uma coerência entre opiniões pessoais que convergem para uma opinião pública entre os oiapoquenses sobre o curso de sua própria história. Essa opinião pública local foi e é importante não somente por revelar as singularidades de uma parcela da população brasileira ofuscada pelos interesses nacionais, como também para demonstrar como os indivíduos podem organizar-se em mobilizações locais e deste modo interferir nas decisões políticas que lhes afetam.

Esse é um exemplo de que a opinião pública não é simplesmente uma sintonia da opinião de muitos seres humanos sobre uma questão do dia, particular e determinada, mas algo compreendido em contínua formação, um processo vivo que oscila em movimentos pen-

dulares e que, no decorrer desse balanço, influencia as decisões que são tomadas (ELIAS, 2006, p. 125).

Afirma-se que a opinião pública oiapoquense se faz presente naquilo que se denomina “dizeres locais”. É intenção destacar pequenos atos de fala, capturados no cotidiano e seus efeitos nas articulações políticas em nível doméstico, como também internacional; já que se tem como horizonte de observação o território fronteiriço de Oiapoque em suas correlações com a cooperação fronteiriça franco-brasileira. Os fundamentos psicológicos dos agentes que vivem em um território fronteiriço são construídos num movimento regular entre o nós e os outros, cujos processos de socialização são bastante distintos. O estar próximo e estar distante operam na constituição de convivências que geram uma maior afirmação identitária com o território, sendo de somenos importância se Brasil ou França, importando o reconhecimento mútuo de que “nós somos fronteiriços!”. Da exclamação depreende-se de onde surge o sentimento de indignação entre os agentes locais em face das operações policiais francesas (Ref. Diário de Campo, Oiapoque, 2013).

### *Protestos e mobilizações além e através da fronteira e do acordo*

Pelo exposto já se pode assegurar que o controle na fronteira imposto pelos agentes institucionais franceses, por afetar a mobilidade e os deslocamentos dos brasileiros no rio Oiapoque, transformou a questão em problema público e esta demanda está na pauta das reuniões da Comissão Mista Transfronteiriça, sem que haja qualquer solução. Desde a primeira reunião em 1997, o tema relativo à mobilidade transfronteiriça – na qual se incluem tanto os deslocamentos de itinerantes quanto de migrantes – faz parte dos debates, sem, contudo haver consenso quanto a quais dispositivos jurídicos poderiam ser firmados nessa direção, de modo que a questão permanece indefinida.

Os atores locais vêm buscando se ajustar às mudanças impostas pelo adensamento institucional francês em sua fronteira na Guiana Francesa. Nessa direção, organizaram-se em mobilizações com a finalidade de mudar essa situação, havendo duas formas adotadas para pressionar os governos do Brasil e da França: protestos no rio Oiapoque e a criação de canais de participação efetiva de grupos representantes do Oiapoque e de Saint-Georges. Quanto a essa última reivindicação ela se concretizou com a criação do Conselho do Rio Oiapoque. Criado em 2013, o Conselho do Rio Oiapoque se compõe de 32 membros titulares, sendo 16 dos poderes públicos e 16 da sociedade civil da região da fronteira do rio Oiapoque, ou que

exercçam funções na referida região; quanto as suas competências, os parágrafos do artigo 2º pontuam que:

§1º - Podem ser inseridos na pauta de reunião do Conselho quaisquer temas que afetem a vida das pessoas que vivem na região do rio Oiapoque e que permitam alcançar essas finalidades.

§ 2º - O Conselho pode submeter propostas à Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França.

§3º - As propostas e deliberações serão aprovadas pelo conselho pela maioria dos presentes (Oiapoque: Conselho do rio Oiapoque, 2013).

Mesmo que ainda não tenha uma efetiva atuação, o Conselho do Rio mostra-se importante instrumento para a população de Oiapoque, pela possibilidade que ele descortina na ampliação das oportunidades políticas, como também favorece aos seus membros identificar possíveis aliados políticos e/ou institucionais; além disso, nas reuniões do conselho descortina-se a possibilidade de os “dizeres locais” serem apresentados como repertórios de contestação e demandas por inclusão socioeconômica.

Em diversos encontros transfronteiriços discutindo a questão da cooperação internacional entre os dois países, diversas coisas são discutidas, aí veio a questão de criar o Conselho do Rio, e esse Conselho do Rio tem um objetivo: é uma Comissão Mista com membros do Brasil e da França, onde as questões polêmicas nós vamos estar discutindo.[...] A criação do Conselho do Rio foi um passo importante, porque hoje nós temos uma comissão constituída já pra discutir os assuntos. No dia da criação do Conselho do Rio já ficou decidido o próximo encontro pra primeira quinzena de dezembro, onde nós vamos discutir as coisas que têm mais prioridade e que têm mais problema: a questão do tráfego no rio Oiapoque, que eu acabei de falar, a questão socioeconômica do município e a questão do garimpo, ficou esses três itens, já na primeira reunião. Já isto já foi uma proposta na pauta dada pela nossa delegação brasileira, pela nossa, pelo Conselho que compõe o Brasil, a nossa comissão é que propôs essas três metas pra gente discutir em dezembro e foi aprovado pelas duas comissões. Agora, só pra esclarece melhor, o Conselho do Rio é uma Comissão Mista, mas nós temos uma comissão superior mista, que é a nível de Paris e Brasília, o que nós estamos vendo aqui, nós estamos discutindo e havendo um consenso entre o Conselho do Rio, entre as duas comissões, aí nós vamos encaminhar pra comissão superior e vamos levar pros governos federais. São trinta e dois [conselheiros], dezesseis do lado do Brasil e dezesseis do lado francês (Entrevista com comerciante do setor de construção civil, 2013).

A participação de atores representativos dos catraieiros, comerciantes e moradores de Ilha Bela e Vila Brasil no Conselho do Rio demonstra como esses grupos conseguiram criar uma esfera pública específica a partir dos conteúdos retirados de sua vida cotidiana. Nesses termos, verifica-se que um comitê formado com indivíduos de Oiapoque e Guiana Francesa – reconhecidos como moradores da fronteira

– indica uma inovação nas formas mais conhecidas de mobilização social. E neste sentido o Conselho do Rio favorece que sejam discutidos

os interesses da sociedade que vive aqui em Oiapoque, para que esse trânsito possa ser livre, o brasileiro ir lá e o francês possa vim aqui, por exemplo, hoje o francês pega seu carro, põe na balsa, atravessa o carro e circula aqui, já a recíproca não é verdadeira daqui pra lá, tem problemas de impostos, essas coisa tem. Eu não quero entrar nesse mérito, mas assim, pelo menos o cidadão brasileiro ir a Saint-Georges e comprar e ele ir lá e não ser preso, já é um alívio. Ah, hoje eu fui em Saint-Georges e fui preso! Que não deveria, né, porque nós somos países vizinhos, nós temos uma ponte que tá aí adormecida em cima do rio Oiapoque, ligando os dois países através dos dois municípios, mas por enquanto serventia nenhuma não tem! (Chefia de Gabinete do Executivo Municipal, 2013).

Ainda que a ideia do Conselho do Rio tenha sido apresentada pelos governos do Brasil e da França, ela deriva da capacidade de ação dos agentes locais de Oiapoque, que organizaram protestos contra as intervenções institucionais dos gendarmes à mobilidade e aos deslocamentos no rio Oiapoque e, nessa atuação, contam com a discreta participação dos moradores de Saint-Georges, que pode ser expressa numa formulação do tipo “eu não sou contra os protestos”, sem que exatamente se posicionem publicamente a favor (Ref. Diário de Campo, Oiapoque, 2013). Existem também em Saint-Georges categorias profissionais que não se ressentem da indesejabilidade atribuída pelos gendarmes à presença dos brasileiros, a exemplo de um motorista guianense de veículo que faz o transporte de Saint-Georges a Caiena; ao ser perguntado sobre como agia ao saber que tinha clandestino entre seus clientes, ele respondeu: “Nada, apenas informo que a passagem é mais cara e que não garanto ele não ficar retido na barreira de fronteira” (Ref. Diário de Campo, Saint-Georges, 2013).

Interesses em conservar as interações sociais transfronteiriças são iguais para moradores dos dois lados da fronteira. Todavia, cabe ressaltar que na Guiana Francesa existem subsídios para a manutenção das condições de vida de seus moradores, o mesmo não ocorrendo do lado de Oiapoque, onde os agentes têm que lidar com toda ordem de carências e problemas decorrentes de sua localização periférica e isolada; do desamparo em termos de políticas públicas (saúde, educação e infraestrutura urbana); da falta de oportunidades de trabalho e renda. Isto não implica afirmar que as interações com a Guiana Francesa supram de todo essas lacunas, mas se deve ter em conta que: 1º) a mobilidade no rio Oiapoque assegura a sustentação das comunidades de Ilha Bela e Vila Brasil (ainda que também dos garimpos clandestinos da Guiana Francesa) e, nesse contexto a passagem pela cachoeira Grand Roche é fundamental, em especial pela redução de custos materiais e esforços humanos; 2º)

os deslocamentos através da fronteira mantêm temporariamente na cidade de Oiapoque um contingente de migrantes que compram produtos e serviços.

Portanto, no território de Oiapoque as interações com a Guiana Francesa são imperativas e subjazem na luta pela sobrevivência quaisquer restrições que acarretem cerceamento dessas interações, tal como o controle à mobilidade e aos deslocamentos no rio Oiapoque afeta sobremaneira essa dinâmica socioeconômica. E é esse o ponto favorável à presente reflexão, pois se busca definir um sentimento de pertencimento com o lugar, se destacando nessa direção o papel do rio Oiapoque para o movimento além e através da fronteira. Trata-se de reunir atributos para delinear como se forma o “nós-ideal”. Para, então, identificar como esse “nós-ideal” articula os moradores e seus interesses políticos, sociais e econômicos na formação de uma opinião pública e suas estratégias para influenciar as deliberações da cooperação fronteiriça franco-brasileira.

O “nós-ideal” de Elias (2006) permite afirmar que nas interações entre moradores dos dois lados da fronteira se cristalizam solidariedades e complementaridades; oiapoqueenses e guianenses se entendem entre si. Não se está garantindo uma uniformização conforme quadro cultural nacional, mas algumas uniformidades nascidas em intersecções nas quais se desenvolve a sociabilidade fronteiriça que se defende haver entre Oiapoque e Guiana Francesa, que mesmo circunstanciais são cotidianas e por conta disso conformam um padrão. É dessa sociabilidade que nascem mobilizações dos atores locais na luta pela liderança de sua historicidade. Isto pode ser observado no trecho da entrevista com um catraieiro referente à possível interdição à passagem de brasileiros pela ponte Binacional após sua inauguração:

O que pode acontecer é uma manifestação, se chegar a haver essa proibição de circular livremente na ponte Binacional, ainda corre o risco de haver uma manifestação das duas fronteiras pra demolir a ponte, porque as duas fronteiras vão se sentir prejudicada. Se não abrir essa exceção pras duas fronteiras que é Oiapoque–Saint-Georges! (Entrevista com catraieiro, 2013).

Neste contexto, as instituições formais de Brasil e França não desempenham relevante papel e é em contradição, ou mesmo para contorná-las que se organizam os agentes locais. E isso se revela nas maneiras como os atores locais apropriam-se do significado presente nas estratégias retóricas dos agentes institucionais ao aludir ao papel disjuntor de uma fronteira internacional. Verifique-se isso no trecho do relato da catraieira sobre os procedimentos dos gendarmes com catraias brasileiras carregadas de gêneros que se deslocam pelo rio Oiapoque:

Ali nós passamos, na Grand Roche, lá eles alegam que é deles. Lá em cima, na cachoeira

Caxiri tem um lado que é só do lado brasileiro que dá pra passar e eles [os franceses] também passam lá. No verão eles só podem passar se for lá. Lá não pertence nada a França, quer dizer eles têm direito de passar do nosso lado e nós não têm direito de passar lá. Porque eu acho assim: que lá é passagem; não é assim do seu fulano. É a passagem, tanto faz pra nós, que nem pra eles, só dá de passar se for lá! (Entrevista com catraieira, 2013).

Depreende-se da fala da catraieira que, para os brasileiros, os franceses não têm o direito de impedir seus deslocamentos pelo rio, nem cercear sua mobilidade; alegam que quando os franceses atravessam a fronteira para Oiapoque são muito bem tratados, enquanto que para o brasileiro é sempre tudo bem complicado. Por conta disso os atores também se mobilizam em protestos no rio Oiapoque.

O que houve até agora foi uma manifestação que nós catraieiros fizemos no dia 9 de janeiro de 2010. E o que ocorreu? Inclusive perdemos até um companheiro [...]. Por quê? Foram duas canoas no mesmo sentido, e uma adiantou mais do que outra e chegou a colidir uma com a outra, um piloto caiu e chegou a óbito, aí nós suspendemos a greve (Entrevista com catraieiro, 2013).

A forma de organização desses protestos merece destaque; as articulações comecem no grupo dos catraieiros e dos comerciantes são os que têm maior poder de mobilização, em especial por disponibilizarem de maiores recursos materiais, no caso dos comerciantes, e simbólicos quanto aos catraieiros. No geral as manifestações acontecem no rio mesmo, as catraias saem de Oiapoque em comboio e se perfilam em frente a Saint-Georges, formando uma barreira de modo a impedir que os franceses circulem pelo rio.

É preciso tornar claro que, apesar de haver uma mobilização inicial entre os grupos afetados pelas fiscalizações e interdições no rio Oiapoque, não é somente essa a questão considerada pública, há outras que, igualmente, têm abrangência em todo o território de Oiapoque. Os compromissos assumidos pelos atores locais vinculam-se também a reivindicações de outras ações públicas referentes às suas carências no domínio de infraestrutura urbana, trabalho e emprego, saúde e educação. Numa escala de classificação, os problemas relacionados à saúde e à educação públicas são os que ganham mais relevância, pois

Têm muito processo, um, dois ou três sobre a questão da saúde no município. Sobre a questão do hospital, se vai inaugurar ou não vai, só tem um médico na cidade. Fizemos uma reunião, a audiência aqui no auditório com os funcionários da Secretaria [Estadual de Saúde], os quais garantiram que ia ter pelo menos um médico, com revezamento de algumas especialidades uma vez por semana, um dermatologista, um pediatra etc. O que não aconteceu até agora, temos problemas sérios com a área da saúde. Educação pelo que tenho observado quanto à estrutura física, que tem mais de vinte anos, não tem nenhuma melhora, nenhum acréscimo na qualidade da educação (Entrevista com juiz de Direito, 2013).



Retomando Elias (2006), confirma-se seu postulado de que toda pluralidade de decisões está sujeita a uma base comum, que no caso de Oiapoque está em sua sociabilidade particular, a qual configura a vida social e requer ser pensada e compreendida em seus próprios termos. São formas de convívio, modos de ser, de se relacionar e se entender que não se restringem ao território definido pela fronteira internacional. A desestruturação dessa sociabilidade sobre a qual se organiza a vida social no território de Oiapoque com sentido à Guiana Francesa pode vir a desencadear mais conflitos e confrontos, mais prejuízos materiais e perdas de vidas humanas, pois existe uma opinião pública formada em Oiapoque: “O Brasil se esqueceu de nós, a gente não foi consultado, nem ouvido”<sup>4</sup>.

Essa assertiva não é somente de alguns grupos, ela é recorrente entre os indivíduos singulares e coletivos e pode ser ouvida em diversos lugares da cidade de Oiapoque, bem como nas comunidades de Ilha Bela e Vila Brasil. O catraieiro, o comerciante, o usuário do transporte fluvial não falam somente como membros de grupos de pressão, mas como atores que se categorizam no convívio, na vizinhança com o outro. Nesse sentido se afirmam como fronteiriços e falam em nome de outros fronteiriços: “Nós somos fronteiriços com nacionalidade, com nome diferente, apenas o nome diferente, mas nós somos amigos, nós somos irmãos e somos vizinhos, além de tudo, é o mesmo sangue humano, muda apenas a nacionalidade, e nós nos respeitamos, nós fronteiriços Oiapoque–Saint-Georges, nós nos respeitamos” (CATRAIEIRO, 2013). Isso ganha inteligibilidade ao ter em conta o pensamento de Elias (2006) sobre como essas formas idiomáticas de expressão revelam um ser e um deve ser, um “nós-ideal”, a despeito de que grupo de interesse se pertença. A uniformização observada entre os grupos mobilizados em favor de suas demandas atua na formação de uma opinião pública em Oiapoque, e ainda que a opinião pública não se constitua exatamente em um grupo de pressão, é fator potencial de influência nas decisões governamentais (ELIAS, 2006).

A correlação das informações parece corroborar o argumento de que a cooperação fronteiriça tem para além das prerrogativas relativas a parcerias para desenvolvimento de infraestrutura, pesquisa científica e tecnológica e de prevenção, uma dimensão disciplinadora e interventora com foco no território Oiapoque-Guiana Francesa e seus habitantes.

Tem a cooperação policial, tá lá escrito duas bandeiras, lá do lado de Saint-Georges, na *Gendarmerie*. Essa é a cooperação transfronteiriça. Se acontece um problema do lado de lá, a polícia de lá passa pro daqui, e vice-versa, existe essa cooperação. Mas pra população nada,

---

4 Diário de Campo, Oiapoque, 2013.

se alguém me perguntar: eu digo me prove! Se alguém disser: [...] tem cooperação assim, assim, assim... Eu digo me prove! Não fale! Me prove! Porque eu digo: porque eu convivo na fronteira, todos os dias eu estou em Saint-Georges e no Oiapoque, só não estou quando eu estou fora do nosso município (Entrevista com catraieiro, 2013).

Entende-se, que nos atos de fala locais esses significados estão imersos no cotidiano dos agentes, que articulam esses sentidos no desenvolvimento de manobras para dilatar suas possibilidades nos quadros de vivências concretas. Na cotidianidade se revelam múltiplos significados que foram vivenciados pelos agentes, os quais se articulam para unir os fronteiriços na luta pela continuidade de sua territorialidade e experiência, enraizadas em valores, costumes, códigos, regras, hábitos etc.; instituições essas que comportam impulsos, desejos, motivações, significações psicológicas e tornam possível a sociedade e a sociação das gerações de indivíduos em um território que se qualifica pela situação de vizinhança com a Guiana Francesa.

A cooperação fronteiriça franco-brasileira no território Oiapoque e Guiana Francesa exprime uma transformação nas ações estatais no que tange a sua função política e a sua significação jurídica, propriedades com as quais essa fronteira em particular e todas de modo geral se constituíram historicamente a partir da emergência dos Estados nacionais modernos. Argumenta-se que em escala local a mudança se manifesta nas ações institucionais do governo francês para restringir o trânsito de catraias que sobem o rio Oiapoque em direção às comunidades de Ilha Bela e Vila Brasil; nas interdições ao desembarque de brasileiros na vila de Saint-Georges; nas deportações de brasileiros sem documentos da cidade de Caiena; nas operações militares de combate e destruição dos garimpos clandestinos em atividade nesse território que possuem uma população de aproximadamente 15 mil garimpeiros brasileiros. Quanto a esse quantitativo não se pode deixar de perguntar: para onde irão esses aproximadamente 15 mil deslocados compulsoriamente pela cooperação fronteiriça franco-brasileira? Que políticas compensatórias, que subsídios o governo brasileiro irá desenvolver para lhes dar assistência em seu retorno ao Brasil? Quais alternativas serão colocadas em prática para a inclusão socioeconômica dos moradores do território de Oiapoque a partir da desestruturação dos garimpos? Quais outras dimensões institucionais, além das repressivas, podem vir a ter acesso os moradores do lado brasileiro da fronteira de Oiapoque? Como atender a demandas históricas, por bens e serviços públicos, de uma população que parece ter sido esquecida pelo Estado brasileiro e quando lembrada preferiria ter sido esquecida?

## Referências

BRASIL/IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra**. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualização/periodicos/99/cd\_2010\_resultados\_gerais\_amostra.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

BRASIL/MRE. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. **Acordo Quadro de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa**. Paris, 28 de maio de 1996. Não paginado. Disponível em: <www2.mre.gov/dai/francooperacao.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2005.

BRASIL/PORTALODM (2013). **Acompanhamento Municipal dos Objetivos do Milênio**. Disponível em: <www.portalodm.com.br/relatorios/PDF/gera\_PDF.php?cidade=2320>. Acesso em: 24 de setembro de 2013.

DOMINGUES, José Maurício. Vida cotidiana, história e movimentos sociais. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 46, n.3, p. 419 -459, 2003.

ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaios**; 1: Estado, processo e opinião pública; organização e apresentação, Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbord; tradução textos em inglês, Sérgio Benevides; textos em alemão, Antonio Carlos dos Santos; textos em holandês, João Carlos Pijnappel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e a violência**: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. Tradução de Beatriz Guimarães. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 (Clássicos; 22). Tradução de original.

HIDAIR, Isabelle. Imigração Brasileira na Guiana Francesa: entre elucubrações e realidade. **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia, n° 24, Niterói, 2008. Disponível em:<http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista\_antropolitica\_24.pdf>. Acesso em: 19 de abril de 2011.

OIAPOQUE. **Prefeitura de Oiapoque. Ata de criação do Conselho do Rio Oiapoque**. Oiapoque, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, Etnicidade e Nacionalidade no Mercosul. In: **Política Comparada**. Brasília, mai./ago., 1997.

PÓVOA NETO, Helion. Barreiras físicas como dispositivos de política migratória na atualidade. In: **Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM)**; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ) Disponível em:<www.academia.edu/209471/Barreiras\_fisicas\_a\_circulacao\_como\_dispositivos\_de\_politica\_migratoria\_notas\_para\_uma\_tipologia\_2007>. Acesso em: 29 de abril de 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Histórias de vida e depoimentos pessoais. In: LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, M. Christina Siqueira de Souza; DEMARTINI, Zeila de Brito (Orgs.). **Pesquisa em ciências sociais**: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: CERU, 2008. (Textos. Série 2; n. 10).

REIS, Rossana Rocha. **Políticas de imigração na França e nos Estados Unidos (1980-1998)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

SHAMIR, Ronen. Without Borders? Notes on Globalization as a Mobility Regime. **Sociological Theory**, v. 23, n. 2, jun. 2005. Published by: American Sociological Association Stable. Disponível em:<http://www.jstor.org/stable/4148882>. Acesso em: 29 de abril de 2013.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SIMMEL, Georg. **Sociologia do espaço**. Tradução de Rainer Domschke e Fraya Frehse. **Estud.av.**, v. 27, n. 79, São Paulo 2013. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142013000300007&Ing=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300007&Ing=iso)>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.